

Recomendações aos

Conselhos Municipais dos Direitos da

Criança e do Adolescente (CMDCA's)

sobre a Participação Infantil

e Juvenil

Este documento visa contribuir para a sistematização de orientações práticas para facilitar a inclusão e a participação ativa de crianças e adolescentes nos debates dos CMDCA. Ele considera as oportunidades e os desafios encontrados pelas equipes dos projetos "Participação e protagonismo juvenil no Brasil: um estudo no Sul Fluminense do Rio de Janeiro" (CIESPI/PUC-Rio/ICCRP) e "Participação cidadã: população infantil e juvenil em foco" (FAPER/CNE) ao longo de sua trajetória de atuação, individual e coletiva, acompanhando espaços de discussão e deliberação de políticas relacionadas à infância, à adolescência e à juventude.

A realização de rodas de conversa pode ser uma forma interessante de estabelecer diálogos entre vários grupos de diferentes gerações e divulgar informações sobre os direitos de crianças e adolescentes:

- **Conhecer as referências e bases legais** do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, que orientam a mobilização e o investimento em espaços de participação e protagonismo infantil e juvenil, é um ponto de partida essencial para os conselhos municipais. Essas normativas visam assegurar que crianças e adolescentes ocupem espaços de discussão e deliberação de políticas, podendo exercer seu direito de voz, de livre manifestação e de voto.

- **Ao CMDCA é recomendado ir até os adolescentes**, promovendo espaços de diálogo em escolas e Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, por exemplo, estimulando a criação de fóruns de discussão e a organização de conferências.

- **Nas rodas de conversa e diálogo, a ideia é a promoção e divulgação de direitos.** Importante destacar que os encontros devem ser dinâmicos, objetivos e sempre priorizar a fala das crianças e dos adolescentes. O adulto atua como mobilizador, apresentando temas e estimulando o debate, mas a discussão deve ser realizada pelos próprios adolescentes. As ideias e opiniões devem partir deles. Nossa experiência tem mostrado que os adultos podem ser importantes mediadores, dando suporte para que as demandas levantadas sejam atendidas.

- **Durante os encontros com adolescentes, dinâmicas que promovam o diálogo**, como o uso de balões, desenhos, teias com barbante etc., ajudam a "quebrar o gelo", facilitando a interação e a introdução da temática dos direitos. Para mais informações sobre atividades e dinâmicas, acesse o site do Total Wellness Health, construindo atividades em grupo: <https://bit.ly/3TvCnAx>

- **Quanto às explicações, os adultos precisam ser sucintos, diretos e claros.** Sempre exemplificando o que querem dizer para maior compreensão. O importante é que crianças e adolescentes consigam apoderar-se de seus direitos para desenvolverem autoconfiança.

- **Ouvir, registrar as demandas, sistematizar opiniões e situações relatadas** e, posteriormente, encaminhar aos órgãos competentes é fundamental para que a participação de crianças e adolescentes tenha efeitos práticos. É importante que esse trabalho seja feito por adultos, especialmente os conselheiros presentes, mas pode ser realizado em parceria com um adolescente ou jovem, de livre escolha deles como seu representante.

- **Manter constância e agendar encontros futuros** considerando datas e horários que melhor atendam às crianças e aos adolescentes pode facilitar a continuidade do diálogo, assim como mobilizar e estimular a presença e participação dos mesmos nas assembleias do CMDCA.

- **Para a continuidade das conversas**, é importante encaminhar as demandas feitas aos órgãos competentes por meio do CMDCA e demais instâncias presentes e buscar por retornos e respostas satisfatórias, repassando-as aos adolescentes para que entendam como suas solicitações, recomendações e demandas foram ouvidas e tratadas. Fundamental que recebam um retorno do seu impacto, sempre explicando e elucidando as dificuldades e facilidades para realização de cada ação, com toda transparência e sinceridade.

- **Sugerir que crianças e adolescentes proponham e elaborem as pautas e dinâmicas** do próximo encontro pode mantê-los interessados. Importante se atentar para como os adolescentes se sentem, reagem às propostas e consultá-los sobre como desejam seguir.

Outro ponto muito importante é a criação de espaços de participação e protagonismo, ou seja:

- **Instituir espaços de participação** e proporcionar a criação de um fórum permanente de diálogo livre e espontâneo para crianças e adolescentes são cruciais para o fortalecimento e garantia do protagonismo deste público de maneira continuada e ativa.

- **Tais ações podem acontecer de diversas formas, a citar:**

- A partir da criação de um Comitê de Participação de Adolescentes - CPA local, com apoio de uma resolução do CMDCA que mobilize as escolas, grêmios e representantes de turmas para sua formação e composição.
- Por iniciativa própria dos participantes, que se articulam enquanto movimento social autônomo e espontâneo, na forma de um fórum de crianças, adolescentes e jovens, e que façam dele sua representação oficial no Conselho.
- Destaca-se que envolver os delegados adolescentes eleitos nas Conferências Municipais é pertinente, já que estes já iniciaram sua participação.

- **Cabe ao Conselho estabelecer essa participação na forma de alteração legal**, regimental e/ou regulatória para a criação de assentos diretos para conselheiros adolescentes eleitos em instância própria (Fórum/Comitê). Tal cadeira deve dar plenas e iguais prerrogativas aos adolescentes, tanto quanto aos conselheiros adultos, no seu direito à voz e voto, bem como priorizando e respeitando seu direito de fala nas discussões e pautas que os concernem.

- **Tal espaço permanente pode ser um grande aliado na formulação e promoção** de políticas públicas eficientes e adequadas para o público infantil e adolescente, afinal quem melhor para falar de crianças e adolescentes do que eles próprios. Eles são capazes de discutir e debater diferentes tipos de temáticas, propostas e ações que os envolvem.

- **A título de exemplificação, as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente** e afins podem ser organizadas e pensadas com participação ativa dos mesmos. Eles também podem e devem elaborar propostas, apresentar pautas e participar das deliberações do Conselho.

- **Crianças e adolescentes também podem realizar ações de promoção de direitos**, organizando rodas de conversa e outras atividades em escolas, mobilização social e sensibilização junto aos seus pares, com uma linguagem e assertividade que só eles têm. Cabe ao Conselho assegurar as condições para a realização dessas atividades.

- **Como exemplo de protagonismo de crianças e adolescentes**, destacamos o Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação, movimento social que atua em Volta Redonda/RJ. Para saber mais, siga suas redes sociais: [@fjsfaoficial](https://www.instagram.com/fjsfaoficial)

Para assembleias, encontros e reuniões do CMDCA:

- **A assembleia com a participação de crianças e adolescentes precisa ser assertiva**, sempre respeitando a pauta, mas explicando a “sopa de letrinhas” (como siglas e termos técnicos) com a qual o Conselho lida em cada temática. Afinal, o conselheiro adulto experiente já a conhece, mas não os adolescentes.

- **Ter um jovem ou adulto de referência que possa ir explicando cada pauta ajuda**. É crucial que isso aconteça de maneira direta, inteligível e rápida. Por isso, é recomendado que esse mediador seja alguém com experiência no trato com crianças e adolescentes.

- **É importante que os adolescentes tenham espaço e se sintam confortáveis** para apresentar as demandas discutidas em suas rodas de conversa, fóruns e/ou comitês.

- **Os adolescentes representantes podem ser eleitos nas rodas de conversa** ou em um espaço permanente de participação, se esse já estiver criado. Importante destacar que eles devem ser escolhidos por seus pares.

- **Cabe ao Conselho facilitar a participação**, assegurando transporte, alimentação e outros recursos necessários para a realização dos encontros entre os adolescentes.

- **Quando os adolescentes estiverem se expressando**, é importante que possam falar sem que sejam interrompidos ou reprimidos, pois eles estão em seu lugar legítimo de fala nesse momento em relação aos problemas que eles apresentam. A mente deve estar sempre aberta para ouvir, interpretar e traduzir em requerimentos as demandas a serem encaminhadas aos órgãos competentes, de acordo com os trâmites legais estabelecidos.

- **Assegurar a fala e garantir um ambiente seguro e confortável** é importante, e é dever de todos os conselheiros e demais ali presentes.

- **Quanto ao Conselho, é preciso encaminhar as demandas recebidas** por parte das crianças e dos adolescentes, respeitando a privacidade e a segurança de seus dados, evitando qualquer tipo de retaliação. Reiteramos o esforço necessário para assegurar fala livre e protegida para crianças e adolescentes, assegurando seu devido processo de participação.

- **O diálogo aberto e transparente sobre essa participação entre o CMDCA**, os adolescentes e seus pais e/ou outros responsáveis também faz parte desse processo de promoção do protagonismo e de garantia de um ambiente seguro e adequado para a participação infantil e adolescente, explicando o papel deste órgão, esclarecendo dúvidas e sinalizando a importância do exercício cidadão e democrático de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos!

#nãofaledemimsemim

#faledemimcomigo

As recomendações propostas nesse documento, que não pretendem esgotar o debate, foram construídas a partir da experiência de jovens participantes do projeto "Participação e protagonismo juvenil no Brasil: um estudo no Sul Fluminense do Rio de Janeiro". A iniciativa, coordenada pelas professoras Tara Collins (Toronto Metropolitan University/Canadá) e Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS/CIESPI), tem como objetivo analisar relações e práticas intergeracionais que podem contribuir para a construção de caminhos que permitam que as demandas de crianças, adolescentes e jovens cheguem até o Estado, se transformando em políticas públicas e leis adequadas às suas necessidades. Fazem parte da equipe: Lucas Almeida e Gustavo Gomes, articuladores do Fórum Juventude Sul-Fluminense em Ação; e Renata Brasil, Caroline Araujo e Priscila Alves, integrantes da equipe do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio).

E, ainda, a pesquisa desenvolvida no escopo do projeto "Participação cidadã: população infantil e juvenil em foco", coordenado pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS/CIESPI), com apoio da FAPERJ/CNE Processo E-26/201.113/2022. Este projeto visa analisar diferentes aspectos da participação cidadã e do protagonismo de crianças, adolescentes e jovens no Brasil, com destaque para as iniciativas existentes na cidade do Rio de Janeiro.

Para saber mais sobre o projeto, acesse: www.ciespi.org.br



ICCRP
International and Canadian
Child Rights Partnership

Toronto
Metropolitan
University



Social Sciences and Humanities
Research Council of Canada

Conseil de recherches en
sciences humaines du Canada

Canada

